



CÂMARA MUNICIPAL DE **SARANDI-PR**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2026

Dispõe sobre a aceitação do “Veto integral nº 2/2026” ao Projeto de Lei nº 3.586/2025, de autoria dos vereadores Thayná Menegazze Maciel e Aparecido Bianco, o qual “Fixa a data de entrega dos uniformes escolares e materiais escolares para o primeiro mês de volta às aulas conforme calendário escolar no Município de Sarandi.”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, decreta:

Art. 1º Fica, por força deste Decreto Legislativo, em conformidade com o que dispõe o § 2º do art. 73, do Regimento Interno desta Casa de Leis, aceito o veto integral nº 2/2026, ao Projeto de Lei nº 3.586/2025, de autoria dos vereadores Thayná Menegazze Maciel e Aparecido Bianco, o qual “Fixa a data de entrega dos uniformes escolares e materiais escolares para o primeiro mês de volta às aulas conforme calendário escolar no Município de Sarandi.”.





CÂMARA MUNICIPAL DE **SARANDI-PR**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2026

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 dias do mês de março de 2026.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

Assinado por:
CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI
Belmiro da Silva Farias



23/03/2026 17:15:11

BELMIRO DA SILVA FARIAS

Presidente da CLJRF

[Assinado digitalmente]

Assinado por:
CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI
Fábio de Souza Silveira



23/03/2026 17:08:00

FÁBIO DE SOUZA SILVEIRA

Vice-Presidente da CLJRF

[Assinado digitalmente]

Assinado por:
CAMARA MUNICIPAL DE SARANDI
Gilberto Messias de Pinas



23/03/2026 17:19:15

GILBERTO MESSIAS DE PINAS

Membro da CLJRF

[Assinado digitalmente]





CÂMARA MUNICIPAL DE **SARANDI-PR**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2026

JUSTIFICATIVA

I – DO MÉRITO

Conforme apresentado pelo Poder Executivo, a fixação de prazo específico para a entrega de uniformes e materiais escolares não é juridicamente viável, pois depende de procedimentos licitatórios regidos por leis federais (Lei nº 14.133/2021 ou Lei nº 8.666/1993). Os processos de licitação podem sofrer atrasos decorrentes de fatores externos, como impugnações, ausência de interessados ou descumprimento contratual, situações que fogem ao controle da Administração Municipal. Dessa forma, a norma proposta imporia à gestão pública a obrigação de cumprir um prazo que, na prática, pode se revelar inexequível, esvaziando o comando legal da lei municipal.

A justificativa continua apontando que o princípio da legalidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal, determina que o município deve seguir estritamente a legislação federal de licitações. Como o prazo não depende exclusivamente da vontade do Executivo, sua fixação mostra-se incompatível com a ordem jurídica vigente.

Cumprido ressaltar que o Ofício nº 2483/2026 do Gabinete do Prefeito, encaminhando o veto, foi devidamente lido em sessão plenária no dia 2 de fevereiro de 2026, durante a 1ª Sessão Ordinária, e encontra-se integralmente disponível no SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, garantindo transparência e publicidade aos vereadores e à sociedade.

Diante desse cenário, conclui-se que a aceitação do veto integral mostra-se medida juridicamente adequada e administrativamente prudente, a fim de evitar conflito com normas federais e assegurar a observância do princípio da legalidade.

II – DA LEGALIDADE

O presente Projeto de Decreto Legislativo, de competência da Câmara Municipal conforme alínea “d” do inciso I do art. 42 do Regimento Interno¹ assim dispõe:

“Art. 42 São atribuições do Plenário, entre outras:

VI – deliberar sobre:

d) os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;” grifo

Também, conforme o § 4º do art. 40 da Lei Orgânica² assim dispõe:

1 https://sapl.sarandi.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/5199/resolucao_no_002-2022_para_o_site.pdf

2 <https://cms.pr.gov.br/lei-organica-municipal/>





CÂMARA MUNICIPAL DE **SARANDI-PR**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2026

“Art. 40.

“§ 4º A apreciação do veto pelo plenário da Câmara será, dentro de trinta (30) dias a contar do seu recebimento, numa só discussão e votação, acompanhado de parecer, considerando-se rejeitado pelo voto na maioria absoluta dos Vereadores.”.

O presente Projeto de Decreto Legislativo, de competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, conforme o § 1º do art. 73 do Regimento Interno assim dispõe:

“Art. 73 A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, principalmente nos seguintes casos:

§ 1º Quando se tratar de veto, somente se pronunciará a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, salvo se esta solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no § 2º do art. 77.”.

